



AS MARCAS DE CRIoulos DE SÃO TOMÉ NA NARRATIVA DE FERNANDO REIS

Profª. Drª. Vera Mascarenhas de Campos¹

<http://lattes.cnpq.br/9987472046709170>

RESUMO – Este artigo discute alguns aspectos do sãotomense, do angolar e outros dialetos de São Tomé e Príncipe, país insular africano. Tais dialetos são variedades de crioulos, falados no Golfo da Guiné, que têm o Português como língua base, sendo resultantes da mistura com o Bantu, o Kwa e outros grupos bantus orientais.

Atualmente, especialistas afirmam que estas variantes estiveram ligadas no passado e separaram-se devido a vários fatores, como o contato entre as línguas de portugueses e africanos e o aparecimento de novas áreas geolinguísticas.

Assim, este artigo desenvolve um estudo comparativo entre variantes dialetais presentes em “*Amy-Só*”, conto do livro “*A Lezíria e o Equador*”, do escritor sãotomense Fernando Reis. Inicialmente, o conto é analisado em suas especificidades e depois o confronto irá mostrar semelhanças e diferenças entre o Português falado no Brasil, em Portugal e as marcas do crioulo sãotomense na narrativa.

PALAVRAS-CHAVE – Dialectologia, variantes, geolinguística, sociolinguística.

ABSTRACT – This article discusses some questions on the São-Tomense, the Angolar and the others dialects on African insular country – São Tomé and Príncipe. This dialects are varieties of creole spoken in the Gulf of Guiné and they have Portuguese as their lexical base and the grammar is extracted from the Bantu family and the Kwa and eastern Bantu Groups.

Today, scholars are assured that these varieties had a connection in the past and that they separated to various factors such as contact of languages between the Portuguese and the africans and the appearances of new geolinguistics areas.

So, this paper makes a comparative study between dialects presents in “*Amy-Só*”, a short story from the book “*A Lezíria e o Equador*”, by the são-tomense writer Fernando Reis. Initially, the short story is analysed in their specificities and then confronts are established in order to detect similarities and differences between dialectal varieties: Portuguese, spoken in Brazil, in Portugal and the São Tomé crioules marks in the narrative.

¹ Doutora em Letras Modernas, pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP, Especialista em Linguística, pela PUC/SP e graduada em Letras.



KEYWORDS – Dialectology, variations, geolinguistics, sociolinguistics.

INTRODUÇÃO

Em tempos de Reforma Ortográfica, algumas perguntas são feitas a quem ensina português, relativas à pertinência de mudanças que envolvem o uso e o ensino da língua pátria. A curiosidade, em geral, gira em torno do como iremos escrever, mas costuma atingir também maior amplitude: os portugueses vão escrever de forma diferente? E os outros povos que falam o português serão atingidos? Aproveitando este momento de reflexão centrado na realidade linguística, pretendemos com este artigo discutir o fenômeno do plurilinguismo, emergente sempre que se trata da variação dialetal.

Vale lembrar que o processo, cujo término ocorreu com a assinatura do presidente do Brasil, em 29 setembro de 2008, nos documentos do acordo para implantação de normas únicas para a escrita nos países de Língua Portuguesa, iniciou-se há muito tempo. Em 1986, representantes dos sete países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) reuniram-se no Rio de Janeiro para discutir as *Bases Analíticas da Ortografia Simplificada da Língua Portuguesa de 1945*, renegociadas em 1975 e consolidadas em 1986, mas nunca implementadas. Naquele momento, muito se discutiu a pertinência ou não de uma reforma, mas somente em 1990 – após nova reunião, desta vez em Lisboa, - surgiu um novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, previsto para entrar em vigor em 1.º de janeiro de 1994. Vários fatores entravaram outra vez a implantação do novo acordo, que veio sofrendo modificações até, finalmente, ser aceito. Teremos, pois, a partir de janeiro de 2009, a implantação das novas normas ortográficas.

Quando se fala em acordo ou reforma ortográfica, fica bem evidente que as alterações referendadas pela cúpula governamental dos países lusofalantes ocorrem para unificar a modalidade escrita da Língua Portuguesa. Apesar disso, ainda surge a pergunta: será mesmo possível fazer com que as comunidades africanas, europeia e brasileira consigam se expressar, usando um mesmo padrão?

Tratando-se da modalidade escrita, (e o próprio adjetivo ortográfico assinala isso) é possível a unificação, uma vez que os falantes letrados aprendem na escola a forma padrão da Língua Portuguesa. Maior impacto sofrerá Portugal, local em que as modificações serão mais pronunciadas. Mas, se é possível exercer certo controle da variação da língua, quando o ato linguístico se manifesta por meio da escrita, isto não ocorre no que diz respeito à modalidade



oral. Aí é o reino das mudanças; é aí que as marcas das variações se fazem sentir profundamente, porque, na oralidade, estão as maiores condições de evolução. Primeiramente, o produto da mudança persiste por certo tempo, invadindo depois a expressão escrita, onde as marcas se desenham como uma tatuagem e, tal como os desenhos na pele, demoram a adquirir a aceitação dos membros das classes de prestígio, que rechaçam o uso estranho.

Sendo o assunto das variantes dialetais muito amplo, é preciso seccionar um aspecto para discussão, por isso nosso objetivo específico é dirigir o foco da análise para a linguagem de um conto, escrito por Fernando Reis, autor de São Tomé e Príncipe, demonstrando a presença de marcas da oralidade, na escritura, tornando possível a percepção de semelhanças e dessemelhanças entre variantes do português, usadas por diversos falantes da língua lusitana, fora do Brasil, numa analogia com alguns de nossos hábitos. É preciso esclarecer que nosso ponto de vista para a reflexão parte de uma plataforma sociolinguística, não almejando uma profundidade técnica, mas tão somente discutir o fato de que, na África, há pessoas falando a nossa língua e provocando sua evolução, tal como acontece entre nós. É de conhecimento geral que, mesmo dentro do Brasil, onde a unidade linguística é um fato indiscutível, temos multiplicidade de falares, que se manifestam como variantes dialetais do português, herdado dos colonizadores portugueses.

Antes de continuar as considerações sobre a linguagem, convém que situemos o espaço geográfico do palco dos acontecimentos narrados, onde as personagens atuam. Entre os países lusofalantes, situa-se o Estado de São Tomé e Príncipe, localizado no Golfo da Guiné, composto por duas ilhas – São Tomé, uma e Príncipe, a outra – e várias ilhotas, num total de 964 km². Estado insular, não tem fronteiras terrestres, mas situa-se relativamente próximo às costas do Gabão, Guiné equatorial, Camarões e Nigéria. No passado, foi uma das colônias portuguesas mais rapidamente colonizadas, servindo assim “de berço” a diferentes povos, vindos do continente africano. Essa situação histórico-geográfica foi responsável pelo cadinho linguístico-cultural, cuja consequência foi o desenvolvimento de pidgins e crioulos.

Variantes dialetais do português do Brasil.

A idéia de centrar um estudo na Língua Portuguesa, falada fora do Brasil, surgiu, após a leitura do conto são-tomense, onde a fala das personagens se mostra muito característica. Ali notamos muito bem a relação entre língua e sociedade de que fala Barthes, pois cada diálogo é



reflexo de um contexto social, cultural e local. O teórico francês chama a atenção para o fato de que a Literatura, por volta de 1830, começou a inserir nas suas peças a fala do povo, demonstrando o desejo dos autores de comemorar a burguesia, que acabara de conquistar seu espaço. Surge, então, nas narrativas, a fala dos boêmios, dos ladrões e tudo o que representasse um exotismo com sabor de novidade. Após esse fascínio pelo pitoresco, a literatura voltou-se para a “disparidade social” e começou a manifestar interesse pela “situação dos homens murados na língua de sua classe, de sua região, de sua profissão, de sua hereditariedade ou de sua história.” (Barthes, 1974, p.163)

Barthes afirma também que

cada homem é prisioneiro de sua linguagem: fora de sua classe, a primeira palavra assinala-o, situa-o inteiramente e lhe exhibe toda a história. O homem é oferecido, entregue por sua linguagem, traído por uma verdade formal que lhe escapa às mentiras interesseiras ou generosas. (*ibidem*, p.163)

É óbvio que a linguagem falada é o veículo que transporta melhor as noções sociais, que melhor situa o homem dentro de sua história e Barthes fala da utopia dos autores da literatura: encontrar “uma linguagem literária que alcançasse a naturalidade das linguagens sociais”.

Se a literatura escrita depende de muitos fatores para realizar-se, o que justifica seu surgimento mais tardio, por outro lado, desde muito cedo surgiu, tanto no ocidente, quanto no oriente, uma literatura oral, alimentada pela nutriz da tradição. Os autores da literatura ultramarina de expressão portuguesa, por exemplo, têm buscado no riquíssimo acervo oral, a matéria-prima para suas narrações. É o caso de Fernando Reis que, embora português de nascimento, viveu em São Tomé, impregnando-se com as histórias da tradição local.

Um amálgama de vários fatores fez com que a Literatura Africana se distinguisse, na maioria das vezes, pela oralidade. Um deles é a tardia implantação do prelo nas ex-colônias, outro é a proibição de estudos formais aos negros, por parte dos colonizadores; além disso, houve o subdesenvolvimento, que constitui o maior entrave para a aquisição de obras escritas. Essas são causas determinantes para a quase inexistência de uma produção literária escrita de relevo, nos países africanos lusofalantes, mesmo quando, no Brasil, a literatura já tivesse conseguido competir com a da metrópole portuguesa (e, talvez, sob alguns aspectos, superá-la). Tais circunstâncias contribuiram para que a literatura escrita, naqueles países, só passasse a destacar-se



no final do século XIX. Entre as primeiras obras literárias de que se tem notícia, referentes a São Tomé e Príncipe, está um opúsculo – Equatoriaes (1896) – de António Almada Negreiros (1868-1939), artista plástico e escritor que ali viveu muitos anos.

A tradição oral deixou tão fortes marcas, na literatura escrita africana, que a presença do imaginário, do sobrenatural e dos elementos míticos, nas obras dos escritores, ocorre com frequência. E não se pode deixar de citar o papel dos transmissores orais da tradição; há sempre, nas comunidades, alguém com o dom de contar histórias, porque, neste caso, é importante o princípio da *captatio benevolentiae*. O tempo da narração é sempre à noite, depois do jantar. Costuma-se sentar à volta duma fogueira, ouvindo os relatos. No que diz respeito ao número dos contadores, depende, pode ser um ou muitos, ocorrendo vezes em que todos têm seu espaço para relatar o que sabem.

Na linguagem do conto que vamos analisar, o contista procurou utilizar a linguagem numa dupla direção: explora uma temática das narrativas orais e busca reproduzir, com os meios que a ortografia lhe possibilita, traços dos hábitos linguísticos das personagens, que vivem numa roça de cacau, na ilha de São Tomé. Como alguns desses hábitos são encontrados em grupos de falantes do nosso país e provocam consequências semelhantes, como é o caso de truncamentos, acréscimos, trocas de fonemas dentro do vocábulo etc., convém delimitar nossas variantes que, a grosso modo, se dividem em:

1. nortista – variante falada nos estados da bacia do Amazonas. O Estado de Tocantins tem um falar próprio, semelhante ao do goiano, na região que se limita com Goiás, ao qual pertencem e semelhante ao do baiano, limitando com a Bahia, a leste;
2. nordestina – falada nos estados do nordeste brasileiro (alguns estados como Ceará, Pernambuco e Piauí possuem diferenças linguísticas entre a capital e o interior). Comumente, no litoral, a influência do PE (português europeu) se faz sentir de forma mais pronunciada, visto que ali começou a colonização; ressalta-se que o Ceará apresenta uma variante própria: o cearense;
3. baiana – esta aparece em falantes da região da Bahia e estados limítrofes;
4. mineira – típica de falantes do interior de Minas Gerais, mas a capital Belo Horizonte possui um jeito de falar próprio. Minas Gerais apresenta uma situação especial, como local de passagem e pelo fato de ser o estado que apresenta maior número de vizinhos, limitando-se com seis estados. De acordo com a proximidade do estado limítrofe, o mineiro adquire características diversas;



5. na região do Rio de Janeiro, temos o carioca, variante falada na capital e o fluminense, falado no interior, aí também ocorre a influência dos falares limítrofes;
6. caipira – falada na parte do interior do Estado de São Paulo e de Goiás, parte do norte do Paraná, parte do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sul de Minas Gerais e triângulo mineiro;
7. paranaense – falada no Paraná, e em algumas cidades de Santa Catarina e São Paulo que fazem divisa com o Paraná; e em partes do Rio Grande do Sul;
8. sulista – falada nos Estados do Paraná e Santa Catarina (a cidade de Curitiba tem um falar próprio; há ainda um pequeno dialeto no litoral catarinense, próximo ao açoriano; a região oeste e da serra catarinense sofrem influência do gaúcho; o norte catarinense e o Vale do Itajaí usam um dialeto com influências alemãs e o sul catarinense (mais precisamente Criciúma) possui um falar bem parecido com o italiano, chegando a ser quase incompreensível em algumas regiões; em Santa Catarina, há ainda o "manezinho da ilha", falar da cidade de Florianópolis (de sonoridade próxima ao da variante açoriana);
9. algumas cidades do interior do Estado de São Paulo têm um modo próprio de falar, como Campinas; outras apresentam um modo diferente do caipira que é bem intenso no município de Piracicaba; há ainda o modo paulistano, falado na região da cidade de São Paulo;
10. sertaneja – encontra-se em algumas regiões do Estado de Goiás e na região do pantanal matogrossense;
11. brasiliense – falar típico da cidade de Brasília; a cidade desenvolveu uma maneira própria de falar, graças às várias ondas migratórias.

Embora haja tantas variações, as maiores diferenças entre os falares brasileiros situam-se nos campos do léxico, da fonética e da semântica, não se produzindo grandes dificuldades de compreensão entre os falantes das diferentes regiões.

Alguns linguistas apresentam a hipótese de que, no português brasileiro, encontram-se traços típicos de línguas crioulas; isto se justifica, principalmente, pelas condições históricas da colonização brasileira, semelhante às de outros povos colonizados que desenvolveram pidgins e crioulos, como aconteceu em países da África, entre os quais se pode citar São Tomé e Príncipe. Sem dúvida, é inegável que as origens do português do Brasil estão relacionadas ao contato linguístico entre a língua trazida pelos colonizadores e outros falares, especialmente os usados pelos indígenas e escravos africanos, numa situação de opressão imposta pelo mais forte.



A história dos povos mostra que o contato entre as diferentes línguas sempre foi frequente, como bem comprova a confusão babélica. Todavia a aproximação entre elas ganhou proporções inusitadas, com a expansão mercantil e colonialista da Europa, no período que se estende do século XV ao século XIX, época da colonização europeia da América, África e Ásia. Particularmente importante para o aprofundamento do contato entre línguas e para desencadear processos maciços de transmissão linguística irregular, foi a escravidão de grandes contingentes de africanos, retirados do universo cultural de origem e transportados, principalmente, para as Américas. Muitas línguas crioulas que se formaram no continente americano têm sua origem na escravização de populações africanas, embora a língua base possa ter sido tanto o espanhol, quanto o português, tanto o inglês quanto o holandês ou outra língua qualquer, trazida pelo colonizador.

Antes de tratar dos crioulos que surgiram em São Tomé e influenciaram a linguagem utilizada pelo autor, Fernando Reis, no conto que pretendemos comentar, torna-se necessário deixar claro que consideramos a “língua” como elemento indispensável para identificar uma nação e seu conceito muito se amplia, quando se trata de esclarecer o surgimento de crioulos e dialetos. São numerosos os conceitos que delimitam a abrangência desses termos, uns divergindo de e outros convergindo com opiniões de autores que se especializaram no assunto.

Chamamos de língua o sistema abstrato de signos e de regras gramaticais que possibilitam a produção e a compreensão dos atos linguísticos. Os sinais são codificados de acordo com uma convenção particular a cada grupo de falantes, e essa convenção é responsável pela singularidade de cada língua. Formam-se, assim, sistemas autônomos, que podem guardar certa semelhança entre si mesmos.

Já o termo crioulo significa “mistura” e é usado tanto para pessoas de pele escura, originárias do cruzamento entre europeus e africanos, quanto para indivíduos oriundos da mistura entre indígenas das Américas e colonizadores espanhóis. Dizemos que são crioulos os mexicanos, os peruanos e outros povos resultantes da miscigenação étnica. Por extensão, o termo nomeia o idioma que tais grupos falam, formado pela mistura de uma língua base – português, espanhol, holandês ou qualquer outra – mais a língua falada ou pelo povo autóctone ou trazida pelos grupos de escravos. A aceção que ora nos interessa é a linguística, que passamos a comentar.

Resumindo as principais características dos dialetos crioulos, podemos dizer que eles resultam do contato de povos de línguas mutuamente ininteligíveis que, sobretudo durante o



período de colonização da África, Ásia e América pelas potências europeias, passaram a conviver em território comum, frequentemente em ilhas ou em fortes costeiros. As colonizações em solo africano e asiático, em especial nas ilhas, eram, normalmente, o que se convencionou chamar de "plantações", daí o nome de crioulo de plantação, como acontece no Havaí, no Haiti, na Ilha Maurício, em Guadalupe entre tantos outros locais com semelhantes condições. Em lugares como a atual Guiné-Bissau, o Suriname, a Serra Leoa, entre outros, a colonização se iniciou a partir de fortes, levantados para proteção. Em ambas as situações, habitantes locais e alienígenas precisaram recorrer a alguma forma de comunicação, gerando-se uma mistura de idiomas.

Quanto ao termo dialeto – do grego “*dialektos*” – pode ser entendido como língua ou linguagem especial. Como não há perfeita igualdade, nem mesmo entre atos de fala de um único indivíduo, em diversas situações, considerando-se os níveis da fala, são relativos os conceitos que indicam as variações das línguas. Num sentido diacrônico, mais amplo, consideram-se dialetos todos os idiomas que provêm de uma língua única. Segundo Marouzeau, um dialeto “se define por um conjunto de particularidades tais que seu agrupamento dá a impressão dum falar distinto dos falares vizinhos, a despeito do parentesco que os une.”(Coutinho, 1973, p. 27).

É útil chamar atenção para o seguinte: é tão comum filiar a idéia de que na mudança dialetal a língua fica corrompida, quanto imaginar que o termo dialeto tem uma conotação depreciativa, na linguagem comum, sugerindo uma forma menos elevada do que a forma padrão. Entretanto, quando uma língua evolui, ela não se corrompe, apenas está sofrendo as transformações inevitáveis a que qualquer organismo vivo está sujeito. Portanto, um dialeto não é uma forma espúria, mas um fruto de transformações legítimas do ponto de vista diacrônico.

Em São Tomé, desde cedo surgiram condições favoráveis à criação rápida de vários crioulos. Cada europeu que chegasse para povoar a terra tinha direito a uma escrava por decreto régio, e as alusões à miscigenação são frequentes nos documentos antigos. As mulheres negras e os filhos, nascidos de casamentos e uniões estáveis com europeus, eram oficialmente livres a partir de respectivamente 1515 e 1517 e constituíam uma comunidade com poderes socioeconômicos próprios. Nada parece mais natural do que associar esta comunidade de forros (escravos que recebiam a carta de alforria), com uma identidade própria, ao surgimento de uma língua crioula que mais tarde se difundiu para as roças, tornando-se a língua-alvo dos escravos recém-chegados. Os indivíduos de diferentes etnias, na condição de escravos, não tinham permissão de trazer consigo algo material que os identificasse; deviam adaptar-se à cultura portuguesa em detrimento da sua, mas como cultura é algo que ultrapassa fronteiras e sobrevive



às barreiras do tempo, estes povos não abandonaram a sua maior marca de identidade: “a língua”. A expressão linguística de cada grupo, no decorrer do tempo, fundiu-se com a do invasor português e produziu diferentes tipos de crioulos: forro, angolar, lunguíé etc. Segundo os dados revelados pelo Instituto Nacional de Estatística, pode-se verificar que o lunguíé é de uso restrito, falado na ilha de Príncipe, sendo utilizado por menos de 2% da população, fato que se justifica pelo processo de migração, de pessoas de Príncipe para São Tomé.

O forro era a língua falada pela população mestiça e livre das cidades. Ele destaca-se no conjunto de outros crioulos e dialetos, por ser a linguagem usada para atingir a independência em São Tomé, considerada como língua de luta, ressaltando-se o seu valor histórico.

No século XVI, um barco de escravos angolanos naufragou perto da ilha, e muitos deles conseguiram nadar até a costa, formando um grupo étnico à parte. Este grupo fala o moncó, crioulo de base portuguesa, mas com termos de origem banta. Há cerca de 78% de semelhanças entre o forro ou são-tomense e o moncó ou angolar. Este, falado na parte ocidental e na parte oriental de São Tomé, tem como base um dialeto do Umbundo, uma língua Bantu de povos do interior de Angola, e apresenta significativos empréstimos do português, principalmente no léxico.

O português de São Tomé guarda muitos traços do português arcaico, na pronúncia, no léxico e até na construção sintática. Era a língua falada pela população culta, pela classe média e pelos donos de propriedades. Caracteriza-se por algumas alterações em relação ao português padrão que a aproximam da estrutura do crioulo, como, por exemplo:

- alterações sintáticas (eu estou a pensar você muito);
- alterações morfológicas (eu não está a falar de você não; eu já fiz jantar; eu pedi você);
- mistura de discursos (o que eu tenho a dizer você é ...; faz favor de andar);
- simplificação verbal (admirei de carne não presta).

Atualmente, o português é falado pela população em geral, enquanto a classe política e a alta sociedade utilizam o português Europeu Padrão (PEP), muitas vezes aprendido durante os estudos feitos em Portugal. Em São Tomé, falar o PE representa uma situação de maior prestígio do que falar crioulo. O português foi sempre considerado como a boa língua, a língua que era falada por aqueles que “tinham estudos”. Falar crioulo era sinônimo de analfabetismo, de pouca cultura; quem falava crioulo eram os habitantes das roças, e, nem mesmo após a independência política do país, em 1975, o crioulo adquiriu o estatuto que é devido a qualquer língua materna de qualquer povo, livre de preconceitos. Atualmente, a língua oficial da República Democrática de



São Tomé e Príncipe é o português, apesar de conviver com os crioulos já citados, dos quais o forro é o mais produtivo, falado por cerca de 72% da população.

No conto que ora nos interessa, o assunto resgata a tradição das histórias contadas ao pé do fogo, como se nota no comentário que encerra a narrativa. “Ainda hoje os negros temem aquele obó, pois dizem que nas noites luarentas, as almas de Naguinga e Chiconda vão para ali dançar com o cazumbi²”. É a típica expressão das narrativas orais, porém o traço mais evidente da oralidade está na presença das marcas da linguagem falada no relato escrito, onde se evidenciam diferentes tipos de expressão linguística, como será comentado.

O conto “Amy-Só” foi extraído da coletânea “A Lezíria e o Equador”, de Fernando Reis, (1917-1992), autor, que nasceu em Lisboa, viveu na ilha de São Tomé, acerca da qual publicou pesquisas de real interesse, principalmente no que se refere ao teatro. Além do citado volume, destacam-se na obra de Fernando Reis, o romance “Histórias da Roça” e os “Contos de São Tomé”.

O conto

Pág. | 94

Amy-só, termo que intitula a narrativa, é o nome da planta, usada em uma poção, à qual se atribuem poderes especiais, como o de despertar o amor de um homem por uma mulher. A herbolária, no caso, é uma velha angolana que fornece a erva à jovem Naguinga, governanta do administrador de uma fazenda de cacau, em São Tomé. O conflito do conto é construído com a presença de duas personagens: o protagonista, Ernesto Silva, o Seu Silva, está doente; provavelmente contraiu malária, doença que provoca fortes ataques de febre, era tratada com quinino, e apresenta os sintomas descritos no conto. Num dos acessos febris, fala de voltar a Lisboa, onde deixara a mulher cujo retrato fica sobre uma cômoda.

Na outra ponta do conflito, temos Naguinga, moça que cuida do homem branco, desde que era garota e por ele está apaixonada. Pensando na possibilidade de perdê-lo, se ele realmente decidir voltar à terra natal, Naguinga desespera-se e procura Chiconda, a feiticeira, para que esta lhe forneça a poção que deveria fazer Seu Silva se encantar por Naguinga. De posse da erva, a moça volta à sede da fazenda, ministra o “remédio” ao doente e este morre; não se sabe se a morte é causada pela malária ou pelo chá de amy-só... O clímax acontece, quando Naguinga, percebendo que seu amado patrão está morto, sofre com a culpa e se desespera, correndo

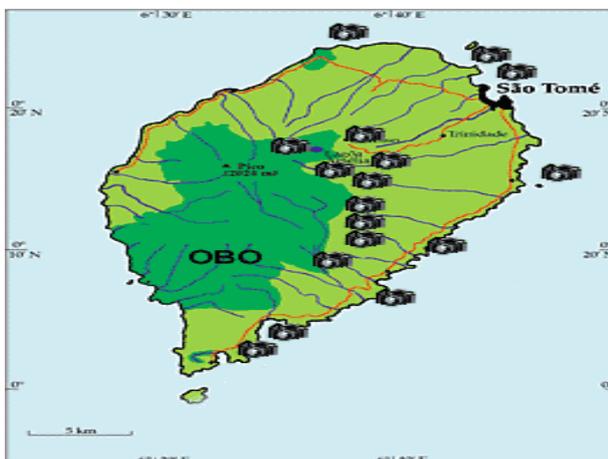
² Demônio.



alucinada na direção do obó, a floresta virgem, em cuja margem morava a velha angolana. Algum tempo depois, os corpos de Nagingua e de Chiconda são encontrados, já decompostos:

Um dia, um grupo de serviçais que tinham ido cortar árvores no obó, depararam com os restos do cadáver de Nagingua que segurava ainda com os dedos descarnados o pescoço magro doutro cadáver – o de Chiconda – e a dois passos uma cobra negra com a cabeça esmagada. (p.143)

Na figura, podemos ver que uma parte da ilha de São Tomé ainda é coberta pela mata virgem, chamada de obó, à beira da qual Chiconda habitava.



Entre os muitos pontos de interesse a serem observados no conto, vamos recortar os elementos linguísticos, possíveis de serem observados tanto na narração quanto nos diálogos.³ O narrador e a própria atitude das personagens revelam os diferentes extratos sociais que dialogam na narrativa. E a linguagem varia de acordo com esses fatores. Tais diferenças diastráticas se podem notar na fala da personagem, “Seu Silva”, na fala dos serviçais e de Chiconda. A personagem de mais alta extração social usa a modalidade culta, com expressões de cunho popular, ao passo que Nagingua se comunica por meio de uma variação que demonstra baixo grau de letramento e aponta para o fato de que, embora ela pertença a um grupo social desprestigiado, sua condição é superior a dos outros indivíduos, aos quais ela dirige ordens. Embora Nagingua domine a língua padrão, há situações em que utiliza frases de crioulos locais. Vamos recortar a narração:

³ Chamamos atenção para o fato de que a reprodução do texto foi feita de acordo com o original e que, aí, a impressão obedece à ortografia de 1943, anterior à reforma de 1971.



Ernesto Silva ergueu-se um pouco, enquanto Naginga lhe compunha o almofadão, depois, encostou-se pesadamente com um suspiro de cansaço. Começou a sorver o chá aos poucos, fazendo caretas de repugnância. A chávena dançava-lhe nas mãos trémulas. Às vezes parava a descansar, erguia os olhos brilhantes para a rapariga, e exclamava furioso: (o grifo é nosso). (p. 135)

O autor cria a figura de um narrador para contar a história e do ponto de vista diatópico, temos um narrador de terceira pessoa, cuja linguagem remete para o PE. O que se nota, na linguagem escrita, em relação ao português do Brasil (PB) é uma diferença de ordem morfológica e lexical. A construção *estar + gerúndio* domina no Brasil, versus a construção infinitivo do verbo auxiliar + *a + infinitivo* que se tornou dominante no português padrão europeu, (PPE), (embora o uso do gerúndio permaneça nas classes populares do sul de Portugal e das ilhas da Madeira e Açores). Vejamos o exemplo: "*parava a descansar*", locução usada pelo narrador. No PB, usaríamos "ficava descansando", ou "descansava". Quanto ao léxico, notamos a escolha de "chávena" para xícara e "rapariga" para moça (PB), e o próprio auxiliar na locução verbal "parava" vs "ficava", que seria a nossa escolha.

Quando se observa a fala da personagem, seu Silva, notamos uma variação no PPE:

– Eu sou um doido, uma besta, sabes? Quero dar o exemplo aos serviçais, vou para o mato, apanho chuva, encharco-me até os ossos, depois vem o sol e é até me torrar. Foi isso, foi mesmo! O sol e a chuva. Os pretos aguentam mais. Mas que raio! Eu sempre fui rijo. Agora, estou para aqui feito caranguejo! Não posso com uma gata pelo rabo! Se aqueles meninos das cidades soubessem os nossos trabalhos para cultivar o cacau! (pp.135-136)

No campo morfológico, observamos a preferência pelo tratamento de segunda pessoa – tu – opondo-se à nossa preferência pela terceira pessoa, com a ressalva de que em alguns variantes do PB temos também esta escolha, como ocorre, por exemplo, nas variantes dialetais sulistas. Pode-se observar a construção – "Agora, estou para aqui feito caranguejo" – em que a preposição *para* antecede o advérbio, criando uma forma mais contraditória no PE.

Em relação à fala anterior, notamos que se acentuam os traços da oralidade, que o autor procura resgatar, por meio da interjeição em: - *Mas que raio!* – e do predomínio absoluto da coordenação.



Ao contrário da expressão linguística do narrador e da personagem lusitana, temos uma variação na fala de Naguinga:

– Deixe lá a roça, seu Silva! Deixe lá o trabaio. Patrão grande de Lisboa não paga mais. Seu Silva dá tudo, dá trabaio, dá saúde. Um dia ele zanga, põe seu Silva na rua. Ele tá longe, não vê trabaio, só quere cacau. Nosso dá saúde por ele, coração dele não vê. Seu Silva agora pensa só em curá, trabaio tem tempo. Pra quê? Trabaio não acaba nunca!... Agora só pensa em curá. Serviço espera, saúde tem pressa!...(p. 136)

Quando nos aventuramos no campo da reprodução da língua falada por meios escritos, esbarramos na dificuldade da oposição bem definida: língua falada / língua escrita. Ao longo do tempo, muitos autores têm buscado dar a cada personagem a voz que lhe é particular, por meio de uma representação ortográfica. Dino Preti, falando desses autores, diz que eles esbarram no problema da defasagem entre os dois sistemas das línguas: o sonoro e o escrito.

Se quiser superá-lo (e alguns o fizeram, em todas as épocas), ele afirma, caminhará certamente para uma ortografia fonética individual, nem sempre uniforme, nem razoável, que poderá até impedir a compreensão do leitor, habituado à transcrição convencional dos signos sonoros (...). (Preti, 1974, p.45)

Vale a pena acrescentar o que diz Vendryes, quanto ao uso que apoia a oposição língua/fala:

(...) na verdade, elas jamais se confundem. É um erro crer que um texto possa ser a exata representação da palavra. Contrariamente à opinião de muita gente, nunca se escreve como se fala: escreve-se (ou procura-se escrever) como os outros escrevem. As pessoas menos cultas, quando pegam na pena, têm a sensação de que utilizam certa linguagem que não é igual à língua falada, que tem suas regras e seus usos, como seu destino e importância próprios. (*apud* Preti, *ibidem*).

Sendo assim, pode-se perceber que o autor do conto procurou reproduzir a voz de Naguinga, certamente buscando a transcrição de seus signos prosódicos, para cuja representação a escrita possui pouquíssimos recursos. Mas, embora o autor esteja sujeito às limitações, procura revelar a expressão do português de São Tomé (PST) com traços bem semelhantes aos dos falantes da variante dialetal caipira do PB. Vejamos:

- enurdecimento e queda do *r* final: além de ocorrer em todas as variantes do PB, ocorre também em francês, provençal, andaluz, etc. como se vê em: *curá* por *curar*;



- ieísmo: *trabaio* por *trabalho* – ocorre, principalmente nas variantes caipira e sertaneja do Brasil, sendo frequente também no francês, em espanhol, no galego, em Portugal, além dos dialetos crioulos portugueses;
- aférese: *tá* por *está* - ocorre no PB como um todo;
- forma sincopada: *pra* por *para*, forma também frequente no PB.

Do ponto de vista morfológico, percebe-se a ausência do artigo diante dos substantivos, como em: (o) *Patrão grande de Lisboa*, (o) *coração dele não vê...* No PB, a ausência do artigo costuma parecer na expressão da variante dialetal mineira: *Joana não veio; Mãe não chegou ainda! E entre nós, não se usam as formas imperativas e indicativas como: faze, dize, traze, quere, como se nota em: só quere cacau.*

Observa-se uma expressão do português ainda mais peculiar na fala de Chiconda, assim descrita:

Chiconda vivia numa cubata à entrada dum obó muito distante da mais próxima vila. Havia quem afirmasse que Chiconda teria já passado há muito dos cem anos.

Os velhos colonos lembravam-se de ter ouvido a outros velhos, que por sua vez tinham ouvido doutros velhos, a história de Chiconda. Diziam uns que ela era descendente de antigos escravos, diziam outros que tinha vindo deportada de Angola por antropofagia.

Na verdade, os poucos dentes incisivos que a velha possuía eram triangulares. Além disso, a velha orgulhava-se de ser “Kinzar”, e os kinzares são conhecidos pela prática da antropofagia.(pp.139-140)

Do ponto de vista social, a condição da feiticeira é muito inferior à de Nanguinga que, convivendo com Seu Silva, assimilara, além de hábitos linguísticos mais próximos do PPE, usos e costumes do europeu. Chiconda chama a atenção de Nanguinga para as diferenças socioculturais entre o branco e o negro, mostrando-lhe que uma aproximação entre eles seria desastrosa. Observemos a invocação, usada para saudar a velha: Sangüê – termo angolano que significa víbora, serpente:

– Bons dias, mia fia, qui quer você da véia Chiconda?

Nanguinga respondeu hesitante:

– Sangüê! Eu queria feitio p’ro home gostá di mim.

– Plêto?

– Blanco, Chiconda.

A feiticeira abanou a cabeça minúscula.



– Você não tem cabeça, meu fia. Blanco com blanca, plêto com plêta. P'ra que quer você, blanco?

Naguínga argumentou:

– Mas gênti tem coração.. (pp.140-141)

Há a síncope da palatal nasal em: *mia* por *minha*. Por outro lado, em *véia* ocorre o ieísmo, exatamente como acontece em algumas variantes do PB; em *home* e *gostá* etc. há a apócope do fonema final, fenômenos já comentados. O que chama a atenção, contudo, é o uso das consoantes /l/ e /r/ em *blanco*, *pleto*... Do ponto de vista sociolinguístico se parecem quanto ao potencial de variação, já que ambas estão sujeitas a numerosos processos de diversidade dialetal. Por vezes até se fundem num único fonema, neutralizando-se os traços contrastivos.

O contrário do que se vê na linguagem sob análise é o fenômeno do rotacismo. O fonema /l/, quando funciona como segunda consoante prevocálica, nos encontros consonantais tautossilábicos, está sujeito, no português não-padrão (PNPB), ao processo de rotacismo (l => r). Formas como [kraru], [froku] são muito comuns no PNPB. Segundo Bagno (1997, pp. 38-43), o português marca-se por essa inclinação ao rotacismo desde seu surgimento. Em *Os Lusíadas*, escrito por Camões no séc. XVI, é muito comum a presença de formas – *frauta*, *frecha*, *ingrés*, *pranta* etc – que atestam a ação do rotacismo.

No PNPB, o rotacismo é um processo em franca atividade, principalmente entre falantes que pertençam à classe baixa, possuam origem rural e escolarização mínima ou inexistente. Tais fatores de desprestígio contaminam o traço linguístico do rotacismo, tornando-o igualmente estigmatizado. É o índice, por excelência, do dialeto caipira. No falar cuiabano, esse fenômeno é mais geral do que no resto do Brasil. Mesmo falantes da classe alta, bem escolarizados e de origem urbana tendem a pronunciar o [l] dos encontros consonantais como [r]. No falar do cuiabano, apenas aquelas pessoas que têm uma alta consciência do rotacismo e, principalmente, do estigma que paira sobre ele, evitam-no.

Se o rotacismo é tão frequente, é curioso notar o outro tipo de realização do fonema na fala de Chiconda, o que é marcante no crioulo de São Tomé: o fonema [r] pode se realizar como [l]. Esse fenômeno, conhecido com lambdacismo, é pouco comum sincronicamente. Costuma ocorrer entre falantes do PNPB, em situações de interação que exigem uma fala mais cuidada, como forma de hipercorreção. Ex. /garfo/ => [galfu] => [gawfu]. Não é absolutamente esse o caso presente, em que aparece a troca de [r] pelo [l] em: *Plêto*, *Blanco*. Provavelmente, esse uso seja resquício das línguas bantu, substratos dos crioulos de São Tomé, que se caracterizam pelo



fenômeno de lambdacismo, em que o [r] sempre toma a forma de [l]. É possível notar o uso também na cantiga abaixo, no termo em negrito:

Kamacusso, o capataz teclava num velho harmônio. Negros e negras adolescentes cantavam e dançavam sem interrupção. A chama da fogueira cobria-lhes os corpos de vermelhidão. As suas silhuetas agigantavam-se contra as paredes das senzalas.

À voz do capataz todos se calaram. E uma jovem cantou:

Fia malicha ê!...
Ké quá eu fê bô
S'canda ni **stlada**
Cá solá.⁴ (p.138)

Outro exemplo aparece em: “Agora vai embora. Vêia Chiconda passa esta semana no roça, depois você dá mata-bicho. Vai, qui machibombo⁵ passa daqui a pouco lá ni **estlada** e você vai depressa e não cansa”. (p.141)

O crioulo pode ser notado novamente em:

“Lá ao longe ainda se ouviam os gritos:

– Há memú qué mon fé!... Seçu sudamé!... »⁶

Outro exemplo do lambdacismo encontra-se no termo grifado: molê por morrer:

– Oia, Naginga! Esta erva chama-se amy-só. Ela dá homi, mata também ele. Si você dá muita, blanco morre. Você não diz a genti qui foi Chiconda, na? (e ameaçava-a com a mão muito negra e magra.) Si você diz Chiconda faz feitiço e você vai sofrê muito antes de **molê**. Você dá chá de amy-só e blanco gostará de si. Dá pouco, pouco! Si dá muito, morre. Toma conta!... (p.141)

No diálogo de Naginga com o capataz, revelam-se os traços do PNPE, com a presença, novamente do lambdacismo, no termo negritado:

Kamacusso, o capataz, bateu discretamente na porta. Vinha receber ordens.
- Dá licença, Naginga? Eu pode entrá?
Naginga levou um dedo aos lábios.
- Cala moço. Patrão, tá no sono.
O negro fez uma cara assustada.

⁴ Folha malicha/ Quem é que te fez? / Andar na estrada/ a chorar?

⁵ Ônibus, autocarro em Portugal.

⁶ (Ai, minha mãe, o que eu fiz! Jesus. Ajude-me!...)



- Patrão tá **flaco**, tem muita febre. Por que não chama doutolo, Naginga?
Naginga respondeu desabrida:
- Trata de seu vida. Isto é febre, isto passa. Vá trabaia seu negro malandro. Patrão não quer doutolo, Isto passa com quinino. Vai embora, ouviu? Você não tem conta. (p. 142)

Morfologicamente, notamos o uso do verbo na terceira pessoa, substituindo a primeira: pode/ posso, na fala de Kamakusso, e a falta de flexão no feminino, do pronome possessivo, com a conseqüente falta de concordância: *seu vida*, na fala de Naginga. Curiosa é a forma – *doutolo* – em que novamente aparece o lambdacismo. Pelo tom da conversa, comprova-se novamente a condição de superioridade da governante sobre os demais servidores.

O fato de os escravos terem sido falantes de línguas diferentes, nomeadamente as línguas kwa e o bantu, permitiu que uma mesma língua de superestrato, o português, influenciasse estes substratos, formando-se, assim, no arquipélago de São Tomé e Príncipe, uma situação étnica e linguística complexa que originou o aparecimento de vários crioulos, o que, aliás, já é reconhecido no século XIX; historiadores relatam que os dialetos não são perfeitamente idênticos nas duas ilhas, mas, diferindo no léxico e sobretudo, na prosódia, chegam ao ponto de habitantes de uma ilha não entenderem bem os da outra.

Outras marcas relevantes podem-se observar em: “Naginga voltou a limpar-lhe o suor, encostou-lhe o dorso da mão ao rosto. – Cá, cá, ô! Sinhô tá quente! Seu sangue tá a fervê, tem sol, lá ni drento!” (p.138)

Esse tipo de transposição do fonema – a metátese – que se vê em *drento* é muito comum também no PNPB, onde se encontra a mesma forma, além de *preda por pedra*, *preguntá* por perguntar e *drumi por dormir*, encontros também no PE.

Preti (1974) fala de níveis sociolinguísticos, relacionados às diferentes maneiras como se concretizam os diálogos das personagens, representando as condições sociais de cada um. No conto de Fernando Reis, fica bem evidente o olhar sob o qual o autor constrói a personagem Seu Silva, personagem que usa a voz do poder lusitano. Isso se evidencia na maneira como o administrador se refere a seus subordinados, que, evidentemente, é o ponto de vista do colonizador. Vejamos:

1. – Olha! Vai dizer ao Kamacusso que logo de manhã, vá com o pessoal para o mato colher cacau, senão cai e apodrece. As mulheres que tratem de partir as cápsulas. Ele que abra bem os olhos, nada de conversa, esses mandriões não



fazem nada. Ainda há quem inveje os administradores das roças de S.Tomé!
Que experimentem! (p. 136)

2. – Mas eles não fazem nada! Estes negros do diabo não se importam. O que
querem é batuque, mulheres e vinho. (p. 136)

3. Ernesto Silva delirava:

– Eh! Olha o jeep. Cai pela grotta, olha! Cai no rio!...Olha...Olha! O sol a
derreter o cacau! Eu morro...morro!

Tenho sede! Eh! Cães negros! Não furem os pneus! Não...Não...

Vou para Lisboa. Ela é minha! Não torno a vir. Gosto dela! Pronto!

Eh! Cachorro! Larga, cão negro!...Mãe! Mãezinha!...Não posso! Não posso!
(p.137)

O tratamento dado aos empregados da roça de cacau revela a atitude do administrador de fazendas que trata os trabalhadores negros como escravos, embora a história aconteça numa época em que não há mais escravidão. Seu Silva fala dos “*mandriões que não fazem nada*”, no exemplo 1; repete a mesma idéia no exemplo 2, assegurando novamente a inércia dos negros, e seu gosto pelo divertimento. Tal ponto de vista foi compartilhado pelos colonizadores no Brasil, que também viam o negro como indolente, na execução de trabalhos pesados, e incompetente para os trabalhos mais finos, devendo haver sempre um feitor que os obrigasse a trabalhar.

Essa pintura do negro se repete em outros diálogos, em que Seu Silva se desespera por não poder estar à frente de seus comandados que, sem a sua presença, seriam incapazes de fazer algo direito.

Tal ideologia colonialista contamina Naguinga que trata seus iguais do alto de sua situação social, considerada superior por ela, uma vez que é a governanta:

Desde pequenita que servia seu Silva. Cuidava desveladamente das roupas, do arranjo da casa, era ela quem dirigia a cozinheira, a lavadeira e ainda quem transmitia as ordens aos trabalhadores, na ausência do roceiro. E ai daquele que não cumprisse!...Se o cozinheiro partia um prato ou a lavadeira rasgasse uma peça de roupa, a moça injuriava-os e chegava mesmo a agredi-los. (p. 138)

Fernando Reis é um escritor que tem uma “visão de dentro da terra”, embora ele seja essencialmente colonialista; desenvolve a postura de um agente da colonização que a encara como missão ao serviço da pátria - pátria que se estende por uma geografia dispersa pelos quatro cantos do mundo, segundo um *slogan* do Estado Novo.



Por outro lado, o narrador mostra-nos em Chiconda, a herbolária, a sabedoria dada pelo senso comum. A angolana tem uma profunda consciência da divisão de classes e da dificuldade de se vencerem as barreiras da cor, da raça e das condições sociais diferentes.

A feiticeira abanou a cabeça minúscula.

– Você não tem cabeça, meu fia. Blanco com blanca, plêto com plêta. P'ra que quer você, blanco?

Naguínga argumentou:

– Mas gênti tem coração.

A velha teimou:

– Pois sim, mia fia, é só côr di pele a diferença por fora, mas você não fala por dentro. Blanco não come fruta-pão, não come banana cozida, ni peixe salgado, ni calulu. Tem outro costume. Sabê lê, escrevê, e você não. Sua cabeça virou mesmo. (p.141)

A fala de Chiconda revela hábitos locais semelhantes aos nossos, ao lado de certa singularidade, como é o caso da fruta-pão, produzida por um tipo de árvore, originária da Ásia, mas também encontrada na África, cujos frutos massudos, podem ser comidos assados ou cozidos. Deve-se o nome à semelhança da massa obtida com o pão, e, por isso mesmo, essa fruta é chamada por muitos de “pão da Polinésia”. Por outro lado, banana cozida e peixe são alimentos de nossos caiçaras; já o calulu é um prato típico de São Tomé e Príncipe, onde é confeccionado com peixe seco e fresco ou com carne seca. Entre os restantes ingredientes contam-se o tomate, o alho, o quiabo, a batata doce, o espinafre, a abobrinha e o óleo de palma, que chamamos de “azeite de dendê”. Essa culinária foi trazida para o Brasil pelos escravos e é típica, principalmente, da Bahia.

Pelo que foi possível observar pelos exemplos, temos, no conto, uma expressão linguística que procura captar a realidade de um mundo que, embora diferente do nosso, é-nos familiar, seja pela colonização de efeitos semelhantes, seja pela língua, que se constituindo numa variante dialetal, não oferece senão algumas poucas diferenças no léxico e na morfologia. É evidente que, na modalidade falada de tal variante, estão as maiores diferenças ou dificuldades de compreensão. Convém lembrar que, nos países lusofalantes, predominam os hábitos fonéticos do PE, assemelhando-se ao falar da antiga metrópole.

Quanto à ortografia, pudemos perceber que, embora a intenção do autor pareça ter sido a de reproduzir a oralidade, dando à fala das personagens uma cor local, o que prevalece é a



norma padrão, tanto na palavra do narrador, quanto na expressão de Seu Ernesto Silva, que representa o modelo sociolinguístico a ser desejado.

Será possível, portanto, respondendo à questão inicial, uma unificação da língua utilizada em áreas geográficas tão extensas quanto diversificadas? Somente se tratando do Brasil, temos uma extensão continental, com regiões de características tão diversas quanto se pertencessem a países diferentes. As normas ortográficas estão estabelecidas, mas sua execução depende de um processo de letramento eficiente que possa levar os falantes à expressão escrita obediente às normas. E enquanto o olhar dos governos sobre o sistema educacional que se desenvolve nos países de Língua Portuguesa, com exceção da mãe europeia, for de descaso, de descompromisso e de desprezo, reflexo da ideologia do colonizador, não podemos abrigar a esperança de que, para nós, lusofalantes, haja igualdade social, econômica e condições dignas de sobrevivência, que nos igualem a cidadãos de primeiro mundo, ao lado do respeito pela língua, pela cultura e pelas diferenças de povos que habitam a África, a Ásia e a América do Sul.

Referências bibliográficas

- BAGNO, Marcos. *Norma linguística*. São Paulo: Ed. Loyola, 2001.
- BARTHES, Roland. “A escritura e a fala”. In: *Novos Ensaio Críticos: o grau zero da escritura*. Trad. de Anne Arnichand e Álvaro Lorencini. São Paulo: Cultrix, 1974. pp.162-164.
- BAXTER, Alan N. & LUCCHESI, Dante. “A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da Língua Portuguesa no Brasil. In: *Estudos Linguísticos e Literários*, 1997, n. 19, pp. 65-84.
- COUTO, H. H. do. *Introdução ao Estudo das Línguas Crioulas e Pidgins*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- CUNHA, Celso. *Língua, nação, alienação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- CUNHA, Celso e CINTRA, LINDLEY. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 12.^a ed., Lisboa: Sá da Costa, 1996.
- ELIA, Sílvio. *A Língua Portuguesa no mundo*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *A unidade linguística do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- FERRAZ, Luiz. *A origem e o desenvolvimento de quatro crioulos portugueses do Golfo da Guiné*. *Revista Brasileira de Linguística* 3 (2) 1976, pp. 70-76.



- FERREIRA, Carlota. “Remanescentes de um falar crioulo (Helvécia - Bahia). In: *Revista lusitana*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984/1985, v.5, pp. 21-41.
- FERREIRA, Manuel. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Introdução geral, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau. Instituto de Cultura Portuguesa. Secr. de Estado da Investigação Científica. Portugal, 1977.
- _____. *O discurso no percurso africano*. Lisboa: Plátano, 1989.
- LEITE, Marli Quadros. Variação linguística: dialetos, registros e normas lingüísticas. In: “Semelhanças entre o português brasileiro e as variedades africanas e asiáticas.” In: *A língua que falamos: português: história, variações e discurso*: Luiz António da Silva (org.). – São Paulo: Globo, 2005. p. 211-251.
- LEMLE, Miriam. “Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa”. In: *Linguística e ensino do vernáculo*. Tempo Brasileiro, 1978, n. 53/54, pp.60-94.
- MATA, Inocência. “A prosa de ficção são-tomense: a presença do obsidiante colonial”. In: *Revista de Filologia Românica*, Anexos. Universidade de Lisboa, 2001. II: pp.207-244.
- PEREIRA, Dulce. *Crioulos de Base Portuguesa*. Lisboa: Ed. Caminho, 2006.
- REIS, Fernando. *A Lezíria e o Equador* (Contos). Editorial Adastra, Lisboa, 1954.
- _____. *Roça* (romance), Sociedade de Expansão Cultural, Lisboa, 1965.
- _____. *Histórias da Roça*. Sociedade de Expansão Cultural/Liv. Editora Pax, Lisboa, 1970.
- TARALLO, F. & ALKMIN, T. *Falares crioulos. Línguas em contato*. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- TARALLO, Fernando. "Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro". In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary (eds.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp, 1993.
- VIARO, Mário Eduardo. “Semelhanças entre o português brasileiro e as variedades africanas e asiáticas.” In: *A língua que falamos: português: história, variações e discurso*: Luiz António da Silva (org.). – São Paulo: Globo, 2005. p. 211-251.

